

Conclusão

O Império do Brasil, anteriormente parte de um todo, o Império Luso-americano, nasceu pelo brado do então Príncipe D. Pedro, às margens do riacho do Ipiranga, no dia 7 de Setembro de 1822. O novo corpo político, herdeiro de um nome – Império do Brasil - e de um território contíguo e unificado, elemento de importância capital na medida em que se tornaria um dos elementos determinantes de quais indivíduos constituiriam a Nação brasileira, nascia sob o signo de uma singularidade: a impossibilidade de uma expansão nos moldes tradicionais, em decorrência das diretrizes da política externa do Império Britânico e da existência dos igualmente novos Estados hispano-americanos.

A limitação espacial do Império do Brasil conferiu ao território uma relevância excepcional e para se sobrepor a ela – ao mesmo tempo em que preservava a unidade do território - os dirigentes do Estado imperial deram início a duas ações: o empreendimento de uma singular e necessária expansão e a definição de quais súditos comporiam a Nação brasileira, também a ser conformada, território simbólico de importância capital, espaço desta expansão, a expansão para dentro.

Por brasileiro, passou-se a designar todo aquele nascido no território do Império, quer fosse ingênuo, liberto ou filho de pai estrangeiro que não estivesse a serviço do respectivo país. O que à primeira vista parece bastante simples, na verdade estava inserido em um contexto social, o da sociedade imperial, marcado pela complexidade, pois nessa sociedade não havia apenas a simples diferenciação entre livres e escravos. Em primeiro plano estavam os proprietários de terras e escravos, seguidos pelos áulicos e por uma aristocracia burocrática, vindo a seguir os comerciantes, empregados urbanos, profissionais liberais e funcionários do Estado; a seguir, havia os outros.

Nesta sociedade, marcada por rígidas hierarquias, os nascidos no território do Império, livres ou libertos, não eram iguais, sendo que os critérios classificatórios estavam apoiados em atributos como a liberdade e a propriedade, definidores de direitos civis e políticos. Temos, então, os que compunham a boa sociedade, os cidadãos ativos; os homens livres e não proprietários, cidadãos não ativos, e os escravos, os não cidadãos.

A sociedade imperial, de base escravista, era composta por três grupos étnicos considerados, pelos que eram brasileiros, como componentes de nações distintas, “as outras nações”, a saber, as nações africana, crioula e indígena, todas convivendo no mesmo território – na medida em que o ocupavam, o que era essencial – sem que fossem homogeneizadas. A elas, estava sobreposta a Nação brasileira: homogênea, aristocrática e hierarquizada.

Definidos os que compunham a Nação brasileira, e estando esta em processo de conformação, os dirigentes saquaremas efetivavam esforços para a afirmação da Ordem imperial, entendendo-se por tal a preservação do perfil de uma sociedade pautado nas relações entre senhores e escravos e na propriedade da terra por um grupo minoritário e privilegiado, a manutenção das condições que garantiam a existência da massa de homens livres e pobres e da hierarquia sobre a qual essa sociedade fora constituída, manter o modelo primário exportador, preservar a integridade do território e a indiscutível autoridade da Coroa, tudo isso sob o símbolo maior do regime monárquico, o Soberano.

Manter a Ordem imperial, como já foi dito, era essencial para a difusão da Civilização – horizonte de expectativa das ilustradas elites do século XIX, por conseguinte, dos dirigentes do Estado imperial – condição garantidora da vinculação do Povo brasileiro à Ordem.

Com os olhos pousados sobre o território do Império, e sobre ele visualizando os brasileiros, sobre os quais centraram o foco de suas atenções e de seus esforços homogeneizadores, os dirigentes saquaremas instauraram um processo de expansão que atingisse os brasileiros no profundo espaço da formação das suas convicções para que, de tal forma aglutinados ao redor de seletos princípios que viessem a se tornar em um credo, estivesse assegurada a manutenção de um padrão de atitudes que os tornasse agentes mantenedores da Ordem imperial, o que permitiria a perpetuação da coesão da camada dominante.

Tratava-se de fidelizar os brasileiros por meio da afirmação da identidade nacional – esta também em fase de constituição – o que possibilitaria o florescimento de um forte patriotismo.

O Império efetivaria, então, essa singular expansão sobre si mesmo – melhor dizendo sobre os brasileiros espalhados pela imensidão do seu território – por meio de recursos como o patrocínio e a divulgação de obras de arte que louvassem temas ligados à terra e à história – nesse espaço tendo tido papel

primordial a Academia Imperial de Bela Artes, que chamou a si, passando a tê-la como missão, a conformação dos brasileiros – a produção de biografias de brasileiros ilustres que pudessem ser tomados como exemplo pelas gerações futuras, a consolidação de uma língua brasileira, a ser divulgada e consolidada por uma literatura tingida com as cores da brasilidade, com a criação de escolas, com os cuidados com a Instrução pública.

Entre outros da mesma natureza, esses foram fios com os quais os dirigentes imperiais teceram a identidade nacional.

Para dar andamento aos esforços concernentes à conformação dos brasileiros, os dirigentes saquaremas escolheram, em meados do século, momento correspondente ao apogeu de sua direção, a colocação na Praça da Constituição, da estátua equestre de D.Pedro I. Comemorariam dessa forma, como o fizeram, a vitória da Ordem imperial expressa no triunfo do projeto político-civilizatório por eles articulado, o que significava o triunfo da própria autoridade desses dirigentes, afirmada em meio a debates que os contrapuseram aos que a eles e à ressignificação de D.Pedro I se opunham.

Nos anos da década de 1880, quando já se divisavam fissuras na Ordem imperial, momento em que vozes polifônicas se levantaram, umas clamando pela reafirmação do regime monárquico e rememorando a relação entre ele e a condição da liberdade inaugurada para os brasileiros pelo Príncipe D.Pedro em 1822; outras, ainda alinhadas a esse regime, mas defendendo ardentemente o federalismo; outras, mais dissonantes, proclamando os ideais republicanos, os Conservadores das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo mais uma vez se apropriaram da figura de D.Pedro I, imortalizando-a em meio ao seu ato maior em um belo painel, a tela “*Independência ou Morte*” de Pedro Américo, a ser colocada em um palácio monumento a ser erguido no sítio histórico que abrigou a proclamação da independência.

Nesse momento e sob as condições apresentadas, a expansão foi disputada pelos Conservadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelos monarquistas e pelos republicanos, cada um deles associando a obra a um discurso em que a *liberdade* tornou-se a idéia recorrente.